

# Informe Ambiental

**FIESP**

Informativo do Departamento de Meio Ambiente – DMA da  
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp

Edição 91 - Janeiro de 2014

cdma@fiesp.org.br - www.fiesp.org.br - twitter.com/FiespAmbiental | 11 3549.4675 - 11 3649.4237

Notas DMA

## DMA teve atuação de destaque em 2013

Departamento de Meio Ambiente da Fiesp acompanhou discussões em fóruns ambientais em todas as esferas públicas e apresentou propostas para aperfeiçoamento da legislação, defendendo os interesses da indústria

O Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) atua em duas frentes: na defesa dos interesses da indústria junto aos poderes executivos e legislativos e na orientação e informação para o setor industrial sobre os temas ambientais. Na defesa da indústria, o DMA faz um acompanhamento constante das discussões que ocorrem em fóruns ambientais do poder executivo e legislativo nos âmbitos municipal, estadual e federal. Os setores que podem ser afetados pelas decisões são previamente convidados para discutir e elaborar propostas que são então apresentadas e defendidas nas comissões, conselhos e comitês ambientais. Em 2013, o DMA teve uma participação efetiva no processo de discussão de dois decretos, com o envolvimento de diversos segmentos da sociedade e cuja redação final contemplou muitas contribuições propostas pela Fiesp. No decreto que instituiu os novos padrões de qualidade do ar, cabe destaque a proposta da Fiesp em relação ao estabelecimento de metas proporcionais à participação das fontes fixas e móveis no total da emissão gerada em cada região. Já no tocante ao gerenciamento das áreas contaminadas, foram acolhidas as sugestões de aprimoramento das regras para a cobrança dos valores da compensação ambiental e de participação da Fiesp como membro do Fundo Estadual de Áreas Contaminadas (Feprac). O DMA participou ainda da discussão de importantes matérias ambientais, como, por exemplo, logística reversa, áreas protegidas, espécies exóticas, acesso aos recursos genéticos, cobrança pelo uso da água, seja no âmbito dos colegiados, como nos Conselhos Nacional e Estadual de Meio Ambiente, Conselhos Nacional e Estadual de Recursos Hídricos, seja por meio de grupos de trabalho e comissões especiais. Além disso, o DMA elaborou o Estudo de Ordenamento da Legislação Ambiental do Estado de São Paulo, como forma de mapear a situação do arcabouço legal normativo vigente e contribuir com as discussões para o necessário aprimoramento da legislação. Ainda em 2013, foram retomadas as



Entrega do Prêmio de Conservação e Reúso da Água 2013, em março. Foto: Arquivo Fiesp

atividades da Câmara Ambiental da Indústria Paulista (CAIP), fórum que reúne todos os sindicatos associados para discussão de temas ambientais setoriais ou comuns à indústria visando ao alinhamento do posicionamento do setor industrial. A CAIP é a porta de entrada das demandas dos sindicatos e canal direto de comunicação da Fiesp com a indústria em relação a temas ambientais.

Paulo Schoueri e Eduardo San Martín durante a reunião da Câmara Ambiental da Indústria Paulista. Foto: Everton Amaro/ Fiesp



Paulo Schoueri e Eduardo San Martín durante a reunião da Câmara Ambiental da Indústria Paulista. Foto: Everton Amaro/ Fiesp

# Mudanças climáticas e biodiversidade foram temas acompanhados pelo DMA

Um dos grandes avanços do DMA em 2013 foi o aumento da participação nas negociações internacionais e desdobramentos na legislação doméstica (na esfera federal e estadual) em torno dos temas mudanças climáticas e biodiversidade. Tendo em vista as implicações para diversos setores, a Fiesp criou o Comitê de Mudança do Clima, composto pelos departamentos de Meio Ambiente (DMA), de Infraestrutura (Deinfra), de Relações Internacionais e Comércio Exterior (Dorex), do Agronegócio (Deagro) e do Departamento de Competitividade e



Plenária da COP 19, em Varsóvia, Polônia. Foto: Arquivo Fiesp

Tecnologia (Decomtec). O DMA, por meio do Comitê, acompanhou as negociações com ampla participação nas Conferências das Partes (COPs) realizadas em 2013. Em novembro, o Comitê da Fiesp divulgou o posicionamento para a COP 19, conferência global que aconteceu em Varsóvia, Polônia. No tocante às mudanças do clima, o Comitê proporcionou melhor interlocução com o Ministério de Relações Exteriores (MRE) e possibilitou uma participação efetiva da Fiesp no processo de discussão do Plano Indústria, em especial sobre os critérios de redução da emissão de gases de efeito estufa projetada para 2020. Da mesma forma, teve

atuação destacada em relação ao tema da biodiversidade, que resultou na Resolução Conabio, que dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020. Ainda na agenda internacional, o DMA celebrou um protocolo de cooperação com a agência ambiental do governo da Holanda na área de gerenciamento de resíduos sólidos e está em negociações com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) para o desenvolvimento de ações com foco na produção e consumo sustentáveis, uma exigência cada vez maior do mercado.



Plenária da Pré-COP, no mês de junho, em Bonn, Alemanha. Foto: Arquivo Fiesp.



Reunião em que foi firmada parceria com agência ambiental holandesa. Foto: Helcio Nagamine / Fiesp

## Eventos possibilitaram a divulgação de informações

Para levar a melhor e mais atualizada informação aos associados sobre temas específicos e como eles afetam o dia a dia da indústria, o DMA realizou em 2013 eventos gratuitos com especialistas e renomados profissionais do País e do exterior. Vale destacar o evento de discussão das metas de Aichi, com a presença do Secretário Executivo da Convenção da Diversidade Biológica da Organização das Nações Unidas, Braúlio Dias, e da ministra de Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Em sua primeira participação pública no Brasil, o presidente do Conselho Mundial de Água, Benedito Braga, abordou o tema "Pacto para a segurança hídrica global". Micheline Nturu, gerente do Internacional Finance Corporation, braço financeiro do Banco Mundial, apresentou as regras para a concessão de crédito, atendendo aos "Princípios do Equador", que garantem a sustentabilidade socioambiental dos projetos a serem financiados. Richard Benyon, subsecretário parlamentar de Estado para o Meio Ambiente do Reino Unido, apresentou as questões de gerenciamento de resíduos sólidos naquele país e Theo Groothuizen, diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação do Consulado da Holanda, abordou as novas tecnologias para investigação e biorremediação de áreas contaminadas, em evento que contou também com a presença do Secretário de Estado de Meio Ambiente de São Paulo, Bruno Covas.



Paulo Skaf, João Ometto e a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, em reunião com empresários na Fiesp. Foto: Júlia Moraes



Bruno Covas no seminário realizado na Fiesp: cuidar das áreas contaminadas é prioridade. Foto: Everton Amaro / Fiesp

# Fiesp organiza seminário sobre Gestão de Gases de Efeito Estufa

Especialistas discutiram o tema e apresentaram projeto desenvolvido com foco na redução de emissões das pequenas e médias empresas.

No dia 5 de dezembro, foi realizado na Fiesp o Seminário sobre Gestão de Gases de Efeito Estufa. Durante o evento, foi apresentado o projeto de Fomento à Gestão dos Gases de Efeito Estufa e Verificação por Terceira Parte em Pequenas e Médias Empresas no Brasil, que é desenvolvido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pelo Banco Internacional do Desenvolvimento (BID), em parceria com a Fiesp. A sessão foi aberta por Mario Hirose, diretor do Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Hirose apresentou a entidade e os projetos ligados às alterações climáticas que vêm sendo desenvolvidos desde 2009, quando a Fiesp criou o Comitê de Mudanças do Clima, coordenado pelo segundo vice-presidente da entidade, João Guilherme Sabino Ometto. Hirose chamou a atenção para o envolvimento das pequenas e médias empresas diante do assunto. Para ele “as pequenas e médias empresas que se prepararem para esse novo mercado terão uma vantagem competitiva”. Ensinar o pequeno e médio empresário a cuidar das



Hirose: “as pequenas e médias empresas que se prepararem para esse novo mercado terão uma vantagem competitiva”. Foto: Tãmna Waqued / Fiesp

emissões de gases do efeito estufa não é, para Hirose, apenas uma questão ambiental, mas também uma questão financeira. O consultor da ABNT e do BID, Júlio Jemio, apresentou o projeto de fomento à gestão de gases de efeito estufa. Ele ressaltou que o projeto tem três grandes objetivos: preparar a ABNT como um órgão de validação e verificação de gases de efeito estufa na América Latina, desenvolver a implementação dos programas de gestão do efeito estufa em pequenas e médias empresas e disseminar as informações desenvolvidas para o projeto. Para tanto, a ABNT desenvolveu cursos internos e também um guia, que deve ser publicado em 2014, com apoio do Sebrae e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (Senai-SP), para formar consultores e verificadores, além de orientar empresários na realização de inventários de emissões dos gases do efeito estufa. Segundo Jemio, a meta é que a ABNT, por meio de parcerias, subsidie parte desses inventários para pelo menos 220 empresas e que os verificadores formados não tenham ligação com os consultores, para que a avaliação seja 100% isenta, podendo ser aplicada a toda e qualquer empresa interessada.

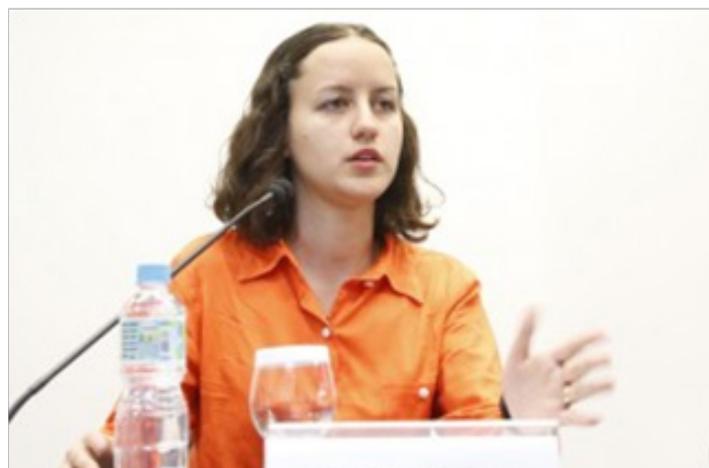


Júlio Jemio, consultor da ABNT e do BID, apresentou o projeto de fomento à gestão de gases de efeito estufa. Foto: Arquivo Fiesp

## Preparação para as mudanças

A terceira palestra do encontro foi feita pela consultora Isabel Sbragia, que apresentou o histórico dos efeitos e protocolos que motivaram o desenvolvimento do projeto. “A influência do homem no meio é muito grande e nós temos que ver o que estamos fazendo. Se o aquecimento global está acontecendo por nossa causa ou por causa natural, a gente tem que começar a se preparar para as mudanças que virão”, afirmou Sbragia. A especialista esclareceu que a princípio o projeto estaria focado no mercado de carbono, mas em função de mudanças no cenário internacional e da dificuldade que as pequenas e médias empresas teriam de se inserir nesse mercado, os planos foram alterados. “A gente quer que as pequenas e as médias empresas olhem para as mudanças que podem ser feitas”, afirmou a palestrante sobre o foco definitivo do projeto de Fomento à Gestão dos Gases de Efeito Estufa e Verificação por Terceira Parte em Pequenas e Médias Empresas no Brasil.

Fonte: Giovanna Maradei, Agência Indusnet Fiesp



Para Isabel Sbragia é preciso se preparar para as mudanças que serão provocadas pelo aquecimento global. Foto: Tãmna Waqued / Fiesp

## Prêmios instituídos pela Fiesp promovem o reconhecimento das ações das indústrias



Entrega do Prêmio do Mérito Ambiental 2013, em junho  
Foto: Everton Amaro / Fiesp

Anualmente, objetivando reconhecer e dar ampla projeção para as empresas que adotam boas práticas ambientais, a Fiesp promove duas premiações: o Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental e o Prêmio de Conservação e Reúso de Água, cujos casos podem ser conhecidos no site da Fiesp. No mês de março, foi realizada a cerimônia de entrega do Prêmio de Conservação e Reúso de Água. A premiação, criada pelo presidente Paulo Skaf e que em 2014 chegará à sua 9ª edição, é uma iniciativa pioneira no País

e comprova que as boas práticas no uso racional de um recurso natural essencial para as atividades humanas resulta em benefícios ambientais, econômicos e sociais. No mês de junho, foi realizada a entrega do Prêmio de Mérito Ambiental, que em 2014 terá uma edição especial em comemoração aos 20 anos de existência da premiação. As empresas vencedoras têm demonstrado ao longo dessas duas décadas todo o empenho do setor produtivo industrial na busca da melhoria da qualidade ambiental.

## Fiesp e Sindratar realizam evento sobre gestão sustentável no setor hoteleiro

Na abertura do “Seminário sobre o Setor Hoteleiro e a Gestão Sustentável”, no dia 19 de novembro, o diretor titular do Departamento de meio Ambiente (DMA) da Fiesp, Nelson Pereira dos Reis, deu ênfase à importância da sustentabilidade para a entidade. “Compromisso com a sustentabilidade é uma das linhas mestras da atuação do Sistema Fiesp. Nós temos nos preocupado de maneira intensa com os aspectos da sustentabilidade, olhando sempre para os aspectos ambientais, econômicos e sociais”, disse o diretor. Reis afirmou que o evento trata do conforto de funcionários e clientes do setor hoteleiro e, ao mesmo tempo, da redução de custos e da viabilidade de projetos. “A indústria tem trazido conhecimentos, novas tecnologias. E o intuito de um seminário como esse é discutir como difundir todo esse conhecimento”, explicou, acrescentando que trata-se de oportunidade para levar informação para investidores em um setor em crescimento com os grandes eventos programados no País. O seminário é resultado de uma realização da Fiesp com o Sindicato da Indústria de Refrigeração, Aquecimento e Tratamento de Ar no Estado de São Paulo (Sindratar). O presidente do Sindratar, José Rogelio Miguel Medela, afirmou que as novas tecnologias significam redução do consumo de energia, conforto para as pessoas, redução de custos e melhoria das condições de habitabilidade. “De alguma maneira, representa algum benefício para a sociedade, especialmente nos cuidados com a saúde humana, com o meio ambiente e com a conservação da energia, o que é muito importante”. A Organização Mundial do Turismo coloca o Brasil na primeira posição do ranking de potencial em atrativos naturais. Mesmo assim, o País é apenas o 36º na lista dos que mais recebem turistas estrangeiros. O dado foi apresentado pelo presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Estado de São Paulo (ABIH-SP), Bruno Hideo Omori, ao participar do painel “Panorama do Setor Hoteleiro no Brasil”, em que revelou números do setor e perspectivas ante eventos como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, entre outros. O



“A indústria tem trazido conhecimentos, novas tecnologias. E o intuito de um seminário como esse é discutir como difundir todo esse conhecimento”, afirmou Nelson Reis. Foto: Everton Amaro / Fiesp

geólogo Alexandre Eliasquevitch, da Universidade Federal de Ouro Preto, apresentou o conceito de hotel sustentável, prática que, segundo ele, ganha cada vez mais espaço no mercado hoteleiro do Brasil. Para Eliasquevitch, hotéis sustentáveis são aqueles que adotam práticas que valorizam a natureza e a cultura na qual estão instalados, que utilizam baixo consumo de água e energia e que estimulam o uso de materiais de construção sustentáveis. “Hotel sustentável é aquele que é ambientalmente responsável, socialmente justo e economicamente viável. Tudo isso ao mesmo tempo”, explicou. Ser sustentável é rentável e saudável também no aspecto financeiro, segundo Eliasquevitch. “Há redução de recursos operacionais, de consumo de energia e água. Adotando a gestão sustentável, um hotel vê suas despesas caírem e o lucro aumentar. Isso já acontece em hotéis de pequeno e médio porte no Brasil”, afirmou.

Fonte: Agência Indusnet Fiesp

Notas Informativas

## Consulta pública para aprimorar o Plano Estadual de Resíduos

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo está construindo o Plano Estadual dos Resíduos Sólidos, que será composto por quatro partes: Panorama dos Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo, Estudo de Regionalização e Proposição de Arranjos Intermunicipais, Cenários, Diretrizes e Estratégias para Implementação do Plano Estadual de Resíduos Sólidos. A versão preliminar da primeira parte do Plano, intitulada "Panorama de Resíduos Sólidos no Estado de São Paulo", está aberta para consulta pública até 30 de abril e servirá para colher pareceres e opiniões sobre os dados coletados e análises feitas sobre a situação atual dos resíduos sólidos no estado.

Mais informações em <http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/2014/01/16/consulta-publica-panorama-dos-residuos-solidos-do-estado-de-sao-paulo/>

Fonte: <http://www.cetesb.sp.gov.br>, consultado em 23 de janeiro de 2014.

## SMA inicia terceira etapa do Projeto de Apoio à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos

A Secretaria do Meio Ambiente (SMA) iniciará, a partir de 11 de fevereiro, a terceira e última etapa do Projeto de Apoio à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos, instituído pelo Decreto Estadual nº 57.817/2012, conhecido como Girem. A capacitação termina em 15 de abril. Nessa etapa, serão realizados, em parceria com a Fundação Prefeito Faria Lima (Cepam), 15 seminários regionais de capacitação para apresentação da atual situação dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) elaborados no território estadual até 2013.

Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br>, consultado em 23 de janeiro de 2013.

## O problema está na clandestinidade

\*Walter Françolin

Apenas seis estados respondem pelo consumo de 70% do volume de lubrificantes comercializados no Brasil. Salvo uma situação sazonal, não há um estado com atividade preponderante que possa destoar na geração média de OLUK em relação ao consumo. Isto significa que em relação ao volume comercializado, a geração média de OLUK é mais ou menos igual em todos os estados da País. Por que, então, os gráficos mostram estados com índice de coleta superior à meta, enquanto em outros o volume coletado fica muito abaixo da expectativa? Das duas uma: ou o óleo está sendo descartado no meio ambiente e aí deveria haver uma ação positiva da Secretaria do Meio Ambiente no combate a essa poluição ou o óleo está sendo coletado, porém não está merecendo a destinação adequada. É preciso considerar que a compilação dos dados de coleta realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), leva em conta, exclusivamente, os volumes destinados ao rerrefino, não se ocupando da coleta clandestina, cujo volume deságua nas utilizações indevidas como a queima, desmoldante e em motos serras. Por outro lado, o não atingimento da meta num determinado estado revela ineficiência do sistema de fiscalização, negligência por quem tem o dever de controlar, o que possibilita a destinação do OLUK para outros fins que não o rerrefino, que se revela como a destinação mais adequada para esse tipo de resíduo. As demais destinações são lesivas ao meio ambiente e poderão ser caracterizadas como crime ambiental. A Resolução Conama 362/2005 trata do sistema de logística reversa de OLUK em caráter nacional e muitos estados têm suas próprias leis de meio ambiente que, no caso, deveriam ser mais restritivas. A despeito desse conjunto de normas e regras legais, estima-se que cerca de 20% do volume do OLUK gerado no território nacional, em comparação com os volumes internacionais, têm destinação inadequada. Embora a Resolução Conama 362/2005 determine a coleta de todo óleo lubrificante pós-consumo e seu encaminhamento ao rerrefino, o índice da coleta nacional em 2012 foi fixado em 37%. Dados internacionais apontam que os Estados Unidos, Japão, Canadá e países da comunidade Europeia alcançam uma coleta média na ordem de 57%. Portanto, cumpriríamos



bem nosso papel se nos propuséssemos a buscar mais rapidamente o atingimento dessa meta internacional. Contudo, a pretensão necessitaria contar com uma fiscalização intensa no combate à atividade clandestina. O controle dos volumes coletados é efetuado a partir dos "Certificados de Coleta" emitidos pelas empresas coletoras registradas na ANP e cujo documento foi validado pelo CONFAZ, como nota fiscal. Contudo, há notícias de inúmeros certificados de coleta adulterados ou falsos espalhados pelo mercado e que são aceitos pelas fontes geradoras sem o devido cuidado e exame por ocasião da entrega do OLUK. A legislação define o coletor como uma pessoa jurídica devidamente licenciada pelo órgão ambiental competente e autorizada/registrada na ANP. Por estar transportando um resíduo perigoso, o veículo deveria atender às normas de segurança, portar o kit de emergência e toda simbologia de identificação. Mas é frequente nos depararmos nas ruas das cidades com veículos irregulares, em péssimas

condições de conservação, não licenciados e nem autorizados pela ANP, mas comprando e destinando OLUK para finalidade diversa da fixada pela legislação. Esses volumes estão fora da apuração da ANP e, portanto, excluídos da destinação regular, gerando os déficits de coleta em vários estados da federação, dentre eles São Paulo e Rio de Janeiro. Recente levantamento realizado em cidade do interior do estado de São Paulo demonstrou que no mínimo 23% de todo volume de OLUK gerado no município é destinado a finalidade diversa do rerrefino. Essa prática é considerada delito ambiental perante a lei de crimes ambientais, mas não é coibida como deveria. Cremos que somente uma ação fiscalizadora intensa de combate à destinação irregular do OLUK a ser desenvolvida pela polícia ambiental com concurso do Ministério Público, o órgão ambiental do estado e a ANP, no que couber, poderia modificar o panorama nos estados da federação em que a coleta é deficitária.

\*Walter Françolin é diretor executivo do Sindirrefino - Sindicato Nacional da Indústria do Rerrefino de Óleos Minerais

Fonte: Revista Sindilubpress – Edição Set/Out 2013

Conselho Superior de Meio Ambiente da Fiesp

# Crescimento do shale gas nos Estados Unidos e Agrishow são temas de reunião do Cosema na Fiesp

A soma de três fatores – a demanda crescente por gás natural, a política de descarbonização da matriz energética e o alto preço do petróleo – pode fazer com que os Estados Unidos, em 2020, não sejam mais dependentes do petróleo produzido no Oriente Médio. A previsão é de Jayme de Seta Filho, membro do Conselho Superior de Meio Ambiente (Cosema) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ao participar de reunião do Cosema, no dia 10 de dezembro, na sede da entidade, Seta Filho disse que a produção e consumo do shale gas (gás de xisto), insumo energético de crescente impacto nos Estados Unidos, pode acarretar em profundas mudanças geopolíticas. Atualmente, 23% da produção de gás natural americana já é proveniente do gás de xisto, o que faz do país a quarta maior reserva mundial. “Daqui a 20 anos, 50% da produção de gás natural americana será de shale gas”, afirmou Seta Filho. Para o conselheiro, a crescente produção americana de gás de xisto deve ter consequências para o Brasil, como a migração de fábricas brasileiras para os Estados Unidos devido ao baixo custo da matéria-prima. Seta Filho também alertou sobre as condições para a viabilidade da exploração do shale gas no Brasil, processo que considera de forte impacto para o ambiente. “Há riscos de



O presidente do Cosema/Fiesp, Walter Lazzarini Filho, com os convidados da reunião: Alessandra Fabíola Bernuzzi Andrade e Jayme de Seta Filho. Foto: Everton Amaro / Fiesp

contaminação de aquíferos no subsolo e necessidade de isolamento do lençol freático, além da possibilidade da migração de metano para a superfície durante a exploração”, apontou o conselheiro.

## Agrishow é evento autossustentável

A conselheira do Cosema, Alessandra Fabíola Bernuzzi Andrade, diretora da sede regional da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) em Ribeirão Preto, falou sobre a Agrishow, feira internacional de tecnologia agrícola, realizada em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, considerada a segunda maior feira do mundo e a maior da América Latina. Segundo Alessandra, a feira é um projeto inovador de responsabilidade

ambiental para eventos. “É um evento autossustentável a ser seguido para outros eventos agrícolas, cuja maior proposta é difundir a noção de alternativas economicamente viáveis e adequadas para o setor”, ressaltou.

(Fonte: Guilherme Abati, Agência Indusnet Fiesp)

<http://www.fiesp.com.br/noticias/crescimento-do-shale-gas-nos-estados-unidos-e-tema-de-reuniao-na-fiesp/>

Fóruns Ambientais

## Setor industrial

### Câmara Ambiental da Indústria Paulista (Caip)

O DMA organizou a 4ª Reunião Plenária de 2013 da Caip, realizada no dia 4 de dezembro. Na ocasião, foram abordados assuntos diversos e apresentada a palestra “Os Novos Padrões de Qualidade do Ar no Estado de São Paulo”.

### Recuperação de Ambientes Hídricos – Biorremediadores

O DMA participou, no dia 9 de dezembro, de reunião com representantes da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) com o objetivo de discutir o andamento das discussões do grupo de trabalho do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) que trata do controle da utilização de produtos ou processos para recuperação de ambientes hídricos.

## Seminário: Gestão dos Gases de Efeito Estufa

### Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Em 5 de dezembro, foi realizado na Fiesp o Seminário “Gestão dos Gases de Efeito Estufa: um novo mercado para pequenas e médias empresas”. O evento, fruto da parceria entre a ABNT e o BID, teve o objetivo de capacitar pequenas e médias empresas para

a gestão das emissões desses gases. Além dos requisitos legais, há cada vez mais exigências do próprio mercado restringindo a participação de produtos que não tenham um bom desempenho ambiental. O seminário consiste em um programa de capacitação que envolve vários eventos no Brasil, realizados nas federações e centros de indústrias. Na ocasião, foram apresentadas as ações da Fiesp em torno do assunto. As palestras foram seguidas de debate com o público, com o objetivo de esclarecimento das principais dúvidas.

# Governamentais – Estaduais

## Logística reversa

Evento realizado na sede da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) tratou dos resultados dos Termos de Compromisso para a logística reversa no Estado de São Paulo, previstos na Resolução SMA nº 38, de 2/8/2011, que estabelece a relação de produtos geradores de resíduos de significativo impacto ambiental, para fins do disposto no art. 19, do Decreto Estadual nº 54.645, de 5/8/2009, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.300, de 16/3/2006, e dá providências correlatas.

## Conselho de Recursos Hídricos (CRH)

### Câmara Técnica de Proteção das Águas (CT-PA)

O estudo de caso sobre Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), pelo Instituto Oikos, do Vale do Paraíba (SP) foi apresentado em 13 de dezembro. O DMA esteve presente à reunião realizada em São Paulo (SP)

## Conselho Estadual de Meio Ambiente (Consema)

### Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas

Em 19 de dezembro, o DMA esteve presente à 34ª reunião da Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas do Consema. O representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (Faesp) fez uma atualização sobre o andamento da elaboração do relatório final referente ao Plano de Manejo da Floresta Estadual Serra D'Água – Fesseda. A apreciação e votação ficou agendada para a próxima reunião, a ser realizada no

dia 28 de janeiro. Houve a apresentação do primeiro relatório do Grupo Técnico intersecretarias que avalia o grau de risco, realização de estudos e elaboração de propostas de normas visando o controle e monitoramento de espécies exóticas com potencial de invasão no Estado de São Paulo. A apresentação do relatório preliminar será realizada no dia 19 de fevereiro. Também foram apresentados os Planos de Manejo e os respectivos relatores da Estação Ecológica de Jataí e do Parque Estadual da Ilhabela. Na próxima reunião da Comissão, serão apresentados o Plano de Manejo da Estação Ecológica de Xitúé e o relatório preliminar sobre o Plano de Manejo Integrado das Unidades de Conservação Reserva Biológica e Estação Ecológica de Mogi-Guaçu.

## Ordem dos Advogados de Brasil (OAB)

### Comissão de Meio Ambiente

O DMA esteve na Ordem dos Advogados do Brasil, em Franca (SP), para participar da reunião da Comissão de Meio ambiente, quando foi compartilhado o resultado da IV Conferência Nacional do Meio Ambiente. A reunião ocorreu no dia 4 de dezembro.

## Expocatadores – 2013

O DMA participou do evento organizado pela Associação Nacional de Catadores (Ancat) que teve como objetivo principal organizar e executar uma feira de negócios e um seminário destinados à troca de informações, tendo a inclusão do catador de material reciclável no sistema de coleta seletiva como tema base. O evento, realizado em São Paulo no dia 19 de dezembro, no Anhembi, contou com a participação da presidenta Dilma Roussef, além de vários ministros e autoridades do Estado e do Município de São Paulo.

## Legislação Ambiental

# Legislação Ambiental – Diplomas Legais Recentes

## Federal

**Decreto nº 8.141, de 20 de novembro de 2013** - Dispõe sobre o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB), institui o Grupo de Trabalho Interinstitucional de Acompanhamento da Implementação do PNSB e dá outras providências.

**Resolução Conama nº 460, de 30 de dezembro de 2013** – Altera a Resolução nº 420, de 28 de dezembro de 2009, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e dá outras providências.

## Legislação Ambiental

**Resolução ANA nº 1485, de 16 de dezembro de 2013** - Estabelece procedimentos para acompanhamento e certificação das metas do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão de Águas (Progestão) e define os critérios a serem observados para o alcance das metas de cooperação federativa, correspondentes ao ano de 2013.

**Resolução SFB nº 21, de 21 de novembro de 2013** - Regulamenta os procedimentos para a utilização, em benefícios, de madeiras provenientes de Manejo Florestal em Florestas Públicas da União sob concessão e o pagamento dos valores devidos ao Serviço Florestal Brasileiro.

**Resolução CNRH nº 151, de 12 de dezembro de 2013** – Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

**Resolução Aneel nº. 1.651, de 12 de novembro de 2013** - Aprova o edital do leilão nº 10/2013 (Aneel) e seus anexos, referentes à compra de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração a partir de fontes hidrelétrica, solar, eólica e termelétrica, a biomassa, a carvão ou a gás natural em ciclo combinado, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

**Portaria Interministerial nº 54, de 12 de novembro de 2013** – Institui o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo – Brasil Agroecológico), destinado a implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, que contribuam para o desenvolvimento sustentável e possibilitem a melhoria de qualidade de vida da população, por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

**Instrução Normativa Ibama nº 23, de 30 de dezembro de 2013** – Instaura o Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGA) e dá outras providências.

**Instrução Normativa Ibama nº. 21, de 26 de dezembro de 2013** – Institui o Documento de Origem Florestal (DOF), licença eletrônica obrigatória para o transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, contendo as informações sobre a procedência desses produtos na forma que especifica.

### Projetos de lei (PL)

**PL nº 6981/2013** – Acresce inciso ao parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.795, de 27/04/1999, para prever a coleta seletiva de lixo eletrônico de pequeno porte nas escolas.

**PL nº 6969/2013** – Institui a Política Nacional para a Conservação e o Uso Sustentável do Bioma Marinho Brasileiro (PNCMar) e dá outras providências, alterando a Lei nº 9.605, de 1998, e a Lei nº 7.661, de 1988.

**PL nº 6966/2013** – Altera a Lei nº 9.605, de 12/02/1998, para definir como crime ambiental o parcelamento do solo em área de risco de desastre.

**PL nº 6908/2013** – Dispõe sobre as exigências ambientais para a concessão de financiamentos oficiais.

**PL nº 6896/2013** – Acresce inciso ao parágrafo único do art. 13 da Lei nº 9.795, de 27/04/1999, para prever a coleta seletiva de lixo eletrônico de pequeno porte nas escolas.

**PL nº 6893/2013** – Altera o art. 25 da Lei nº 9.605, de 12/04/1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

**PL nº 6843/2013** – Altera o parágrafo 1º do art. 9º da Lei nº 12.305, de 2/08/2010, para vedar a incineração de resíduos sólidos.

**PL nº 6826/2013** – Altera a Lei nº 7.347, de 24/07/1985, para dispor sobre as ações civis por danos ao meio ambiente.

**PL nº 6824/2013** – Dispõe sobre a proibição da concessão de benefícios fiscais e financeiros públicos a pessoas físicas ou jurídicas que comercializem produtos adquiridos de fornecedores condenados com trânsito em julgado pela prática de trabalho escravo, crimes ambientais e também crimes contra a saúde pública.

**PL nº 6810/2013** – Altera a Lei nº 9.605, de 12/04/1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, para dispor sobre a destinação dos valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental.

**PL nº 6770/2013** – Cria incentivo tributário para o investimento em infraestrutura básica de saneamento.

### Estadual (SP)

**Lei nº 15.303, de 12 de janeiro de 2014** - Institui o programa estadual de incentivo ao uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais reciclados provenientes da indústria petroquímica.

**Lei nº 15.276, de 2 de janeiro de 2014** - Dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil e dá outras providências.

**Lei nº 15.247, de 17 de dezembro de 2013** - Altera a Lei nº 898, de 18/12/1975, que disciplina o uso do solo para a proteção dos mananciais, cursos e reservatórios de água e demais recursos hídricos de interesse da Região Metropolitana da Grande São Paulo, e dá providências correlatas.

**Decreto nº 60.070, de 15 de janeiro de 2014** – Regulamenta os procedimentos relativos à compensação ambiental de que trata o artigo 36 da Lei Federal nº 9.985, de 18/07/2000, no âmbito do licenciamento ambiental de competência do Estado de São Paulo, dispõe sobre a Câmara de Compensação Ambiental (CCA) e dá providências correlatas.

**Decreto nº 60.029, de 3 de janeiro de 2014** – Regulamenta a execução do Projeto Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paulista de que trata o item 2 do § 1º do artigo 1º da Lei nº 14.990, de 29/04/2013, e dá providências correlatas.

## Legislação Ambiental

**Decreto nº 60.025, de 2 de janeiro de 2014** – Institui Grupo de Trabalho para apresentar proposta de regulamentação da Lei nº 15.276, de 2/1/2014, que dispõe sobre a destinação de veículos em fim de vida útil, e dá providências correlatas.

**Decreto nº 59.968, de 17 de dezembro de 2013** – Regulamenta a Lei nº 11.878, de 19/01/2005, institui o “Selo Verde Oficial do Estado de São Paulo - Município VerdeAzul” e dá providências correlatas.

**Decreto nº 59.751, de 13 de novembro de 2013** – Altera a vigência de dispositivos do Decreto nº 58.544, de 13/11/2012, que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura.

**Resolução SMA nº 121, de 20 de dezembro de 2013** - Define, no âmbito da administração das unidades de conservação do Sistema Estadual de Administração da Qualidade Ambiental, Proteção, Controle e Desenvolvimento do Meio Ambiente e Uso

Adequado dos Recursos Naturais - SEAQUA, critérios técnicos e diretrizes que deverão nortear o estabelecimento do zoneamento e da normatização da Área de Proteção Ambiental, de que trata o artigo 15, da Lei Federal 9.985, de 18/07/2000, e dá providências correlatas.

**Deliberação CRH nº 156, de 11 de dezembro de 2013** – Estabelece diretrizes para o reúso direto de água não potável, proveniente de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) de sistemas públicos para fins urbanos e dá outras providências, no âmbito do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH).

**Deliberação CRH nº 154, de 11 de dezembro de 2013** - Prorroga a validade da Deliberação CRH 90, de 10/12/2008, que aprova procedimentos, limites e condicionantes para a cobrança, dos usuários urbanos e industriais, pela utilização os recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo.

## Casos de Sucesso

# Reúso da água de chuva para limpeza de cabine de pintura

**Empresa: EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica**

A Embraer é uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo. Com anos de experiência em projeto, fabricação, comercialização e pós-venda, a empresa já produziu cerca de 5 mil aviões, que hoje operam em 88 países. A empresa possui uma base global de clientes e importantes parceiros de renome mundial, o que resulta em uma significativa participação no mercado.

### Descrição das medidas adotadas

O projeto adotado pela Embraer foi concebido para reduzir o tempo de lavagens das cabines de pintura e também reduzir o consumo de água, com a implantação de um sistema de captação da água

utilizada e diminuição do tempo de lavagem através de um estudo de movimentação dos operadores. Foi possível assim padronizar o movimento da lavagem, gerando um fluxo contínuo e diminuindo o tempo para a realização do serviço de 50 para 25 minutos. O consumo de água passou de 2.500 litros para 1.000 litros através desse processo.

### Resultados ambientais e econômicos

Com a implantação do projeto, foi alcançada uma redução no volume de captação de água potável de 768.000 l/ano e diminuição de 70% do consumo de água nas atividades de lavagem. O investimento para essas melhorias foi de R\$ 12.402,00.

# Redução de consumo de água através do reúso

**Empresa: Honda Automóveis do Brasil**

A Honda atua em 140 países, tendo como seus principais ramos de atuação a produção de motocicletas, automóveis e produtos de força.

No Brasil, possui duas unidades instaladas: a Moto Honda da Amazônia, em Manaus, e a Honda Automóveis do Brasil, localizada em Sumaré (SP).

### Descrição das medidas adotadas

A empresa desenvolveu várias ações voltadas para o uso racional da

água, tendo como objetivo a redução do consumo da água captada do rio Jaguari e a utilização de forma otimizada na sua linha de produção.

### Resultados ambientais e econômicos

Considerando as melhorias realizadas para redução do consumo de água, foi alcançada uma redução anual de 21,18 milhões de litros de água, com um investimento total de R\$ 134.900,00.

Eventos Gratuitos

## Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental chega à 20ª edição destacando iniciativas da indústria

Homenagear as empresas industriais, extrativas, manufatureiras ou agroindustriais que desenvolvam projetos ambientais de destaque no Estado de São Paulo. Esse é o objetivo da 20ª edição do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, cujas inscrições já estão abertas e seguem até o dia 22 de março.

Criado em 1995, o prêmio procura mostrar à sociedade a preocupação e o empenho da indústria paulista quanto à melhoria da qualidade ambiental. Há duas categorias de premiação: “Indústria de Micro e Pequeno Porte” e “Indústria de Médio e Grande Porte”. As inscrições são gratuitas e cada empresa pode concorrer com até dois projetos, que deverão ser apresentados nas versões impressa e eletrônica.

Em 2013, a GRI – Gerenciamento de Resíduos Industriais, do grupo Solví, foi a vencedora do Prêmio Fiesp de Mérito Ambiental, na categoria média e grande empresa, com o case “Revitalamp – Revitalização de Lâmpadas”. Na categoria micro e pequena empresa, a vencedora foi a Notox Indústria e Comércio de Biolubrificantes.

Os projetos devem ser enviados ao Departamento de Meio Ambiente da Fiesp. Regulamento disponível em: <http://www.fiesp.com.br/agenda/20o-premio-fiesp-de-merito-ambiental-2014/>

## Cadastro de prestadores de serviços ambientais da Fiesp pode ser consultado por empresas de todo o País



A Fiesp mantém um cadastro eletrônico que reúne centenas de empresas e consultores que prestam serviços na área ambiental. Criado com o objetivo de facilitar a gestão ambiental em indústrias,

o cadastro fornece os dados para contato, localização e uma descrição das principais atividades desenvolvidas pelo prestador ou dos produtos oferecidos. O sistema de consulta, baseado em palavras-chave, é aberto a todas as empresas. As consultas podem ser feitas no endereço [http://apps.fiesp.com.br/cadastro\\_dma/inicioconsulta.asp](http://apps.fiesp.com.br/cadastro_dma/inicioconsulta.asp)

As informações divulgadas no cadastro são de responsabilidade do prestador de serviço ou do fabricante. Os dados ficam disponíveis no cadastro por seis meses, sendo eliminadas automaticamente ao término do período. Após o cancelamento, o fornecedor poderá fazer um novo cadastro. Todos os dados são fornecidos por meio de formulário eletrônico. Para realizar o seu cadastro, acesse [http://apps.fiesp.com.br/cadastro\\_dma/iniciocadastro.asp](http://apps.fiesp.com.br/cadastro_dma/iniciocadastro.asp)

A Central de Relacionamento da Fiesp pode ser consultada em caso de dúvidas pelo telefone (11) 3549-4499 ou pelo e-mail [relacionamento@fiesp.org.br](mailto:relacionamento@fiesp.org.br)

## Expediente

O Informe Ambiental é publicado pelo Departamento de Meio Ambiente (DMA) da Fiesp. Circulação mensal. Comentários e sugestões: Tel.: (11) 3549-4675 / Fax.: 3549-4237 [cdma@fiesp.org.br](mailto:cdma@fiesp.org.br) [www.fiesp.org.br](http://www.fiesp.org.br)

Edição: Fábrica C  
Autorizada a reprodução,  
agradecendo-se a citação da fonte.

